



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 18 Nº 12
Dezembro de 2009

Acesso à telefonia e à internet cresce no Estado

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE o número de residências com acesso à internet e à telefonia no Rio Grande do Sul elevou-se em 2008. Nesse ano a internet estava presente em 904.000 domicílios gaúchos (24,8% do total), um acréscimo de 154.000 lares em relação a 2007. Também em 2008, 3,38 milhões de residências do Rio Grande do Sul (92,5% do total) possuíam telefone, um aumento de 190.000 novos domicílios quando comparado a 2007. Esses números, em termos populacionais, representam 2,86 milhões de habitantes com acesso à internet e 10,19 milhões com acesso à rede de telefonia em 2008. Em ambos os aspectos, o Rio Grande do Sul fica à frente da média nacional.

Quando se compara o Estado aos demais entes da Federação, contudo, ele só apresenta posição de destaque na telefonia. Em 2008, nenhum estado (nas comparações entre estados, desconsiderou-se o Distrito Federal) possuía mais telefones por residência do que o Rio Grande do Sul (92,5%). No entanto, no acesso à internet, o Rio Grande do Sul aparecia apenas na sexta posição.

No que diz respeito à composição da telefonia, 86,9% dos domicílios gaúchos possuíam celular, 43,7% possuíam telefone fixo, e 38,1% possuíam ambos. Especificamente na posse de celulares, o Rio Grande do Sul é o segundo em densidade por domicílios, ficando apenas atrás do Mato Grosso do Sul. Contrariamente, no que diz respeito aos telefones fixos, o Rio Grande do Sul é apenas o sexto colocado em densidade (43,7%). De acordo com relatório da Anatel, em dezembro de 2008, 25,5% dos celulares gaúchos eram pós-pagos, maior índice entre os estados e percentual superior à média nacional (18,5%).

Segundo estimativa do Barômetro (publicação da Cisco e da consultoria IDC), no segundo semestre de 2008, existiam 1,89 milhão de conexões banda larga na Região Sul. Se se supuser que a distribuição entre os estados da Região seja aproximadamente a mesma, e, dado que, em 2008, 35% dos domicílios com acesso à internet da Região Sul eram gaúchos, então, aproximadamente, 660.000 pertenceriam ao Rio Grande do Sul. Embora, nessa estimativa, possa existir algum erro, ela ainda é útil, uma vez que, mesmo que esse valor seja de 600.000, se poderia, ainda, afirmar que, em cada três lares com internet, dois possuíam banda larga em 2008.

O acesso à internet é, ainda, um serviço de luxo no Brasil. Em 2008, 17,6% dos domicílios brasileiros com rendimento de até 10 salários mínimos (SMs) possuíam microcomputador com acesso à internet, enquanto 87,0% dos com rendimento superior a 20 SMs possuíam o serviço. Ou seja, o acesso à internet era 394% mais denso em domicílios com rendimento superior a 20 SMs do que naqueles com rendimento inferior a 10 SMs. Esse mesmo índice calculado no Rio Grande do Sul era de 360% em 2008. Para se ter um norte de comparação, esse índice, no Brasil, para o fogão (um bem universalizado) era de 1,7%, enquanto, no Rio Grande do Sul, era de 1,1%. Para o telefone, esse índice, no Brasil, era igual a 24,6%, e, no Rio Grande do Sul, 8,5%.

Sem dúvida, o Rio Grande do Sul é uma referência nacional em telefonia, tanto em penetração populacional quanto em qualidade do uso. No acesso à internet, contudo, há muito espaço para progredir. Embora acima da média brasileira, o Estado ainda dá passos mais lentos que outros entes da Federação.

Domicílios particulares permanentes, total e segundo a existência de telefone e microcomputador com acesso à internet, por percentual e ordem, no Brasil e em unidades da Federação selecionadas — 2008

BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total (1 000 domicílios)	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES				
		Percentual e Ordem dos que Possuíam				
		Telefone	Telefone celular	Telefone fixo convencional	Ambos os tipos de telefones (celular e fixo convencional)	Microcomputador com acesso à internet
Brasil	57 557	82,1	75,5	44,4	37,8	23,8
São Paulo	12 890	91,6 (2º)	80,9 (5º)	65,9 (1º)	55,2 (1º)	35,1 (1º)
Minas Gerais	6 117	82,8 (10º)	76,1 (11º)	45,1 (5º)	38,4 (5º)	23,3 (7º)
Rio de Janeiro	5 248	89,8 (4º)	80,6 (7º)	64,1 (2º)	54,9 (2º)	33,4 (3º)
Rio Grande do Sul	3 652	92,5 (1º)	86,9 (2º)	43,7 (6º)	38,1 (6º)	24,8 (6º)
Paraná	3 385	87,2 (6º)	79,4 (9º)	51,9 (4º)	44,0 (4º)	29,8 (4º)
Mato Grosso do Sul	725	91,2 (3º)	87,3 (1º)	34,3 (9º)	30,6 (9º)	20,0 (9º)

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2008.

NOTA: Os dados entre parênteses referem-se à posição no ranking dos estados com maior número de domicílios com acesso à telefonia e à internet.

Rafael Bernardini Santos (FEE/CIE)

O desempenho da arrecadação do ICMS em 2009, no RS

Em 2009, o desempenho da arrecadação do ICMS no RS refletiu os impactos da crise econômica mundial e a consequente retração nas economias brasileira e gaúcha. A arrecadação acumulada de janeiro a setembro de 2009 atingiu a cifra de R\$ 10,619 bilhões, contra R\$ 10,650 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Sefaz-RS. Em termos de valores, a queda foi de 0,3% no período. Cabe acrescentar-se que o desempenho da arrecadação estadual só não foi pior devido às ações adotadas pela Sefaz-RS, visando combater a sonegação. O fato de o Estado arrecadar um volume de recursos inferior ao previsto resultou, dentre outras consequências negativas, na postergação de investimentos no RS.

Considerando-se a arrecadação por setores no período jan.-set./09, a indústria de transformação, segmento que representa quase a metade (44,30%) do valor arrecadado do ICMS, teve um crescimento de 12,3% em relação ao valor acumulado no mesmo período de 2008. O segmento serviços e outros, com participação de 12,72%, apresentou crescimento de 4,1%. Por outro lado, o comércio atacadista, com participação de 24,43% no total arrecadado, teve uma queda de 17,7%. O comércio varejista, com 12,46% de participação, apresentou uma queda de 1,5%.

Arrecadação do ICMS, por setores de atividade, no RS — jan.-set./08 e jan.-set./09

ATIVIDADES	JAN-SET/08		JAN-SET/09		Δ% JAN-SET/09 JAN-SET/08
	Valor (R\$)	Participação %	Valor (R\$)	Participação %	
Indústria de transformação	4 189 881 603	39,34	4 704 222 861	44,30	12,3
Comércio atacadista	3 150 700 677	29,58	2 594 065 096	24,43	-17,7
Comércio varejista	1 343 982 685	12,62	1 323 462 621	12,46	-1,5
Serviços e outros	1 298 144 749	12,19	1 351 164 626	12,72	4,1
Demais atividades (1)	667 391 313	6,27	646 832 684	6,09	-3,1
TOTAL	10 650 101 027	100,00	10 619 747 887	100,00	-0,3

FONTE: FEEDADOS.

(1) Compreende produção e extração vegetal e as indústrias extrativa mineral, de beneficiamento, de montagem e de acondicionamento e recondicionamento.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

Trigo no RS: recuo na produção e dificuldades na comercialização

O Brasil, na safra em curso, cultivou 2.446,8 mil hectares de trigo, e o Rio Grande do Sul, que participa com 36% na área brasileira, teve uma produção estimada pela Conab em 1.764,6 mil toneladas, com um recuo de, aproximadamente, 14% em relação à safra anterior.

Num cenário de condições meteorológicas desfavoráveis, o Estado, até meados de novembro, colheu 67% da atual safra de trigo, face aos 81% do que, em média, é colhido em igual período.

O clima adverso gerou atraso no plantio (falta de umidade) e na colheita (excesso de precipitações), trazendo incerteza sobre a qualidade do grão e o aumento de custos, com a maior necessidade de aplicação de fungicidas. Além desses problemas, os produtores enfrentam dificuldades na comercialização.

Os triticultores esperavam as medidas anunciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em outubro, visando à elevação das cotações do preço do grão, que está abaixo do preço mínimo. O Governo, entretanto, acenou, em reunião da Câmara Setorial de Culturas de Inverno, em 11.11.09, em Brasília, apenas com leilões de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) — que se constitui em uma subvenção econômica governamental a ser arrematada através de leilão público para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal —, priorizando esse mecanismo para apoiar a safra de trigo no momento, o que frustrou os produtores, que contavam com maior e mais abrangente apoio governamental.

Comparativo de área, produtividade e produção de trigo no Brasil e nos estados da Região Sul — safras 2008/09 e 2009/10

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (1 000 ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (1 000 t)		
	Safra 2008/09 (A)	Safra 2009/10 (B)	Variação % (B/A)	Safra 2008/09 (C)	Safra 2009/10 (D)	Variação % (D/C)	Safra 2008/09 (E)	Safra 2009/10 (F)	Variação % (F/E)
PR	1 125,2	1 292,0	14,8	2 728	2 020	-26,0	3 069,5	2 609,8	-15,0
SC	122,6	121,1	-1,2	2 641	2 253	-14,7	323,8	272,8	-15,7
RS	980,3	882,3	-10,0	2 100	2 000	-4,8	2 058,6	1 764,6	-14,3
Sul	2 228,1	2 295,4	3,0	2 447	2 025	-17,2	5 451,9	4 647,3	-14,8
BRASIL	2 396,2	2 446,8	2,1	2 456	2 060	-16,1	5 884,0	5 040,0	-14,3

FONTE: Conab - Levantamento: Nov./2009.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-out./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,2	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,2	8,8	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,5	16,6	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,7	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,1	11,8	113,2	-0,4	135 861
Mar./09	3,1	-	9,0	5,6	11,25	70,7	11,3	111,1	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,1	7,9	110,0	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,3	134 772
Jun./09	1,3	-	8,1	4,8	9,25	63,3	5,9	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,2	6,9	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	61,2	4,4	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-	-	7,7	4,3	8,75	-	-	110,3	-0,1	145 138
Out./09	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-out./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Taxas de Crescimento (IBGE)			Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	43,9	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,97	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai./08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,00	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,29	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,2	-1,68	2,47	-0,79	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	45,9	-1,63	2,42	-0,78	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,8	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,8	-1,79	2,86	-1,07	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,00	1,0	1,8	76,7	19,2	35,7	-1,75	2,74	-0,99	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,6	-1,71	2,88	-1,17	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,06	-1,9	15,0	77,1	15,0	24,4	-1,56	2,84	-1,28	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,44	-3,9	-3,9	77,6	12,8	17,9	-1,38	2,88	-1,50	190 546	262 113
Mai./09	-2,29	42,6	114,14	-5,1	6,5	78,7	4,9	9,2	-1,47	3,02	-1,55	195 264	264 694
Jun./09	-2,04	43,3	115,41	-6,5	1,3	79,0	-0,6	0,2	-1,33	2,97	-1,64	201 467	270 107
Jul./09	-1,77	44,0	122,83	-8,1	5,9	79,8	-7,5	-7,7	-1,30	2,84	-1,54	207 363	270 107
Ago./09	-1,59	44,0	125,39	-8,9	1,6	81,6	-12,9	-15,3	-1,28	2,64	-1,36	215 744	277 205
Set./09	-1,17	44,9	125,62	-10,3	-1,0	82,8	-18,6	-21,6	-1,23	2,28	-1,05	221 629	276 121
Out./09	-	-	-	-	-	83,9	-22,0	-26,4	-1,32	2,07	-0,75	231 123	278 426

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 12

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./07-out./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	88,10	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,65	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,71	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,36	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,28	94,26	88,24	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,46	90,82	88,54	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	-	-	-	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./07-out./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 153	1 181	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 153	1 176	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 152	1 174	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 150	1 156	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 163	1 173	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 167	1 174	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 194	1 197	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 157	1 155	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 130	1 126	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 112	1 125	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 142	1 154	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 174	1 193	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 197	1 211	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 200	1 218	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 209	1 215	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 214	1 219	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 215	1 215	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 208	1 215	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 190	1 187	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 201	1 185	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 223	1 208	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 231	1 230	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 214	1 227	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 193	1 205	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 217	1 206	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 231	1 224	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 239	1 218	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 226	1 223	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	-	-	-	-	1 432 869

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de set./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Despesas com funções urbanas nos municípios da RMPA — 2007

As grandes aglomerações urbanas são, reconhecidamente, áreas concentradoras de problemas, cuja solução depende de ações coordenadas entre União, estados e municípios. Porém, frequentemente, tais ações ficam limitadas às fronteiras legais de cada unidade territorial, o que tem reflexos diretos na qualidade de vida dos cidadãos urbanos. Isso se deve, em grande medida, à condição autárquica dos municípios, elevados à condição de entes federados pela **Constituição de 1988**. A capacidade fiscal dos municípios é, pois, fator fundamental para dimensionar a capacidade de ação conjunta com as demais esferas de governo.

Conforme dados do Banco de Indicadores Fiscais Metropolitanos (Fismet) do Observatório das Metrôpoles, os gastos com as chamadas “funções urbanas” — transportes, sa-

neamento, gestão ambiental, urbanismo e habitação — constituem parcela importante das despesas dos municípios. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), observa-se um desnível entre o polo metropolitano, em que esses gastos representaram 26,8% da despesa total, e os demais municípios, que gastaram 11,7%, em média, em 2007. Agrupando-se por faixa de população urbana, nota-se que não há grande diferença entre o que despenderam os oito maiores municípios (12,6%), os cinco intermediários (14,0%), os 14 pequenos (10,2%) e os três menos populosos (13,1%).

Essa situação, comum às demais metrôpoles do País, indica a necessidade de um debate mais amplo sobre o padrão atual de gestão das áreas metropolitanas.

Despesas com funções urbanas, por faixas de população urbana, nos municípios da RMPA — 2007

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	DESPESAS URBANAS/ /DESPESA TOTAL (1) (%)
Faixas de população urbana (habitantes)		
De 0 a 10 000	3	13,1
De 10 001 a 50 000	14	10,2
De 50 001 a 100 000	5	14,0
De 100 001 a 500 000	8	12,6
De 500 001 a 1 000 000	0	-
Acima de 1 000 000 (POA)	1	26,8
Polo metropolitano (POA)	1	26,8
Demais municípios	30	11,7

FONTE: Banco de Indicadores Fiscais Metropolitanos - FISMET. Observatório das Metrôpoles, julho de 2009.

NOTA: São consideradas despesas com funções urbanas as com transporte, saneamento, gestão ambiental, urbanismo e habitação.

(1) Média dos municípios na faixa de população urbana.

Sheila Borba (FEE/CEES)

Indústrias de alimentos e de bebidas retomam crescimento no RS

As indústrias de produtos alimentícios e de bebidas têm um peso importante na indústria de transformação do Estado, representando em torno de 17% tanto do Valor de Transformação Industrial como do emprego formal (dados de 2006).

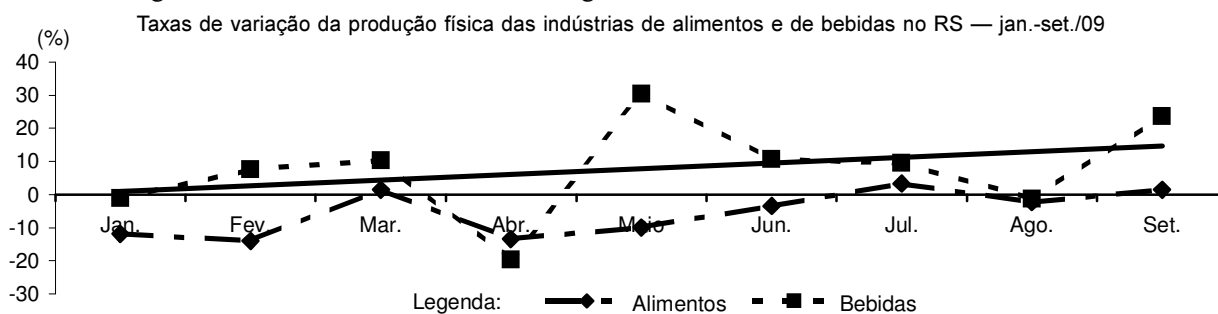
O desempenho dessas duas atividades, em jan.-set./09, na comparação com igual período do ano anterior, aponta tendência de recuperação, mesmo que lenta. As taxas de variação da produção oscilaram bastante no período. Porém as linhas de tendência demonstram a retomada do crescimento para os dois segmentos.

O comportamento da produção de bebidas foi bastante irregular, com fortes oscilações, tendo-se mantido praticamente com taxas positivas de crescimento no período. Com a produção dirigida basicamente ao mercado doméstico, esse segmento apresenta boas perspectivas em função da sua sazonalidade.

Na indústria de alimentos, as oscilações foram menores, e as taxas foram negativas em sua maioria. Embora esse seg-

mento se apoie solidamente no mercado interno, há uma parte importante da produção direcionada à exportação — sobretudo as carnes de aves e os produtos da soja —, que foi prejudicada pela crise internacional. Quanto ao mercado interno, não se identificou retração do consumo de alimentos em função da crise — até porque a renda média do consumidor brasileiro tem-se elevado —, mas cautela e seletividade foram atitudes do consumidor frente a uma conjuntura incerta. Isso se reflete no ritmo lento em que se expandiu a produção de alimentos no corrente ano.

É de se esperar que a proximidade do verão e das festas de fim de ano intensifique a produção de alimentos e de bebidas, de forma que essas atividades recuperem o crescimento anterior à crise. Os dados de setembro já sinalizam esse caminho.



FONTE: IBGE, PIM-PF.

NOTA: Os dados têm como base igual mês do ano anterior.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)

Crédito ao consumidor nos EUA: ainda abalado

O capitalismo é crédito. Acreditar é necessário, para que as promessas de ontem se tornem a realidade de hoje, e novas promessas possam ser contratadas, gestando a realidade de amanhã. Assim roda a criação de riqueza (tanto real quanto fictícia), indefinidamente, até que o ciclo de confiança no futuro se rompa. De alguma forma, a crise financeira que se abateu sobre os Estados Unidos ainda em agosto de 2007 e que se tornou crise econômica no segundo semestre de 2008 destruiu a confiança necessária para a continuidade do ciclo econômico ascensionado dinamizado pela expansão do crédito.

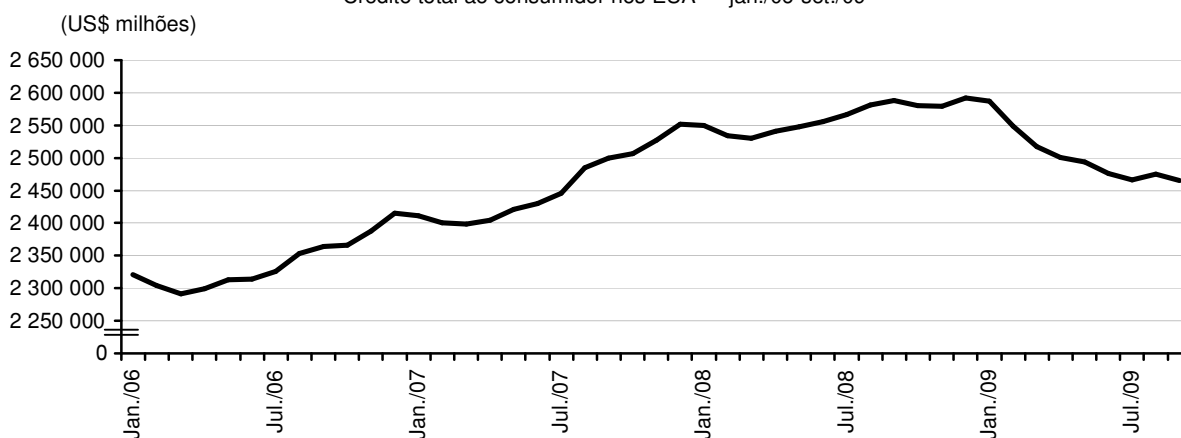
É importante ressaltar-se que as fusões de bancos criaram um sistema financeiro ainda mais concentrado e, portanto, com prevalência ainda maior do adágio *too big to fail*. Ainda que o dinheiro esteja disponível para as instituições financeiras praticamente sem custo, que o Estado norte-americano tenha injetado o capital necessário para a sobrevivência “comercial” de instituições tecnicamente insolventes, o crédito ao consumidor não tem mostrado sinais de recuperação, apesar de a economia dar mostras de estancamento do agravamento do quadro depressivo. Em setembro de 2009, o crédito total ao consumidor apresentou uma queda de 7,2% frente ao mês anterior (taxa anualizada e dessazonalizada). E, o que é ainda pior, o chamado crédito de “rolagem” (*revolving*), que inclui essencialmente as despesas com cartões de crédito, é aquele que tem apresentado o pior resultado (queda de 13,2% em setembro frente a agosto). As taxas de juros aos consumidores não têm apresentado a queda que poderia ser esperada, em função do reduzido custo do dinheiro às insti-

tuições financeiras, e o consumo de bens duráveis e de imóveis tem sido estimulado apenas por programas especiais de curta duração e de elevado custo fiscal, do qual são exemplos os programas implementados e já terminados que concediam incentivos à troca de automóveis antigos por novos e à compra de imóveis por famílias que ainda não tivessem sido proprietárias.

Mesmo os agentes que possuem bons *credit ratings* parecem pouco dispostos a gastar em um momento em que a taxa de desemprego da economia norte-americana se encontra em 10,2%, a mais elevada desde 1983. Uma economia onde a riqueza financeira declinou a partir da queda nos preços dos imóveis e onde grande parte das necessidades da população se encontra atendida pelo estoque de bens disponível não tem parecido o melhor ambiente ao consumidor mais abastado para iniciar um novo ciclo de endividamento.

A não retomada do crédito é um dos principais indicadores quanto às perspectivas de uma economia onde 70% do produto é consumo. Não surpreendentemente, houve uma revisão das perspectivas de crescimento do PIB no terceiro trimestre de 3,5% para 2,8% (taxa anualizada frente ao trimestre anterior). Pode ser que o pior tenha passado (embora a lista de instituições financeiras com problemas já atinja mais de 552 bancos de pequeno ou médio portes, com 124 falências no ano), mas, ao menos para os Estados Unidos, ainda não há uma perspectiva de retomada consistente da atividade econômica.

Crédito total ao consumidor nos EUA — jan./06-set./09



FONTE: Federal Reserve Bureau, tabela G. 19 (<http://www.federalreserve.gov/releases/g19/>).

André Scherer (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.11.09).

ISSN 1517-7262

A *Carta de Conjuntura FEE* é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.